

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.614.616 - MG (2019/0331294-2)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO MG
ADVOGADOS : CLÁUDIO JOSÉ RESENDE FONSECA - MG079198
OTÁVIO MACHADO FIORAVANTE MORAIS LAGES - MG116350
AGRAVADO : PAULO CESAR TORRES - ESPÓLIO
REPR. POR : THIAGO FRANCISCO AMAND TORRES
ADVOGADOS : VICENTE DE PAULA MENDES - MG015116
PATRICIA CARLA MIRANDA FERREIRA - MG081355
GERALDINO EMILIO JORGELINO - MG066572

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO MG contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL RECURSO ADESIVO EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA REDISCUSSÃO DE QUESTÕES JÁ DECIDIDAS COISA JULGADA CORREÇÃO MONETÁRIA

Quanto à controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 1.022, II do CPC, no que concerne à negativa de prestação jurisdicional quanto à alegação de existência de litisconsórcio necessário do Estado de Minas Gerais, tendo em vista o art. 114 do CPC, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

O recorrente alegou a existência de litisconsórcio passivo necessário do Estado de Minas Gerais, tendo em vista o artigos 114 do CPC.

No entanto, não houve qualquer manifestação no acórdão ficando assim, configurado a omissão (fl. 171)

É o relatório. Decido.

Impende ressaltar que, nos limites estabelecidos pelo art. 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição eventualmente existentes no julgado combatido, bem como a corrigir erro material. Nesse sentido, os seguintes arestos da Corte Especial: EDcl no

AgInt no RE nos EDcl no AgInt no AREsp 475.819/SP, relator Ministro Humberto Martins, Corte Especial, julgado em 7/3/2018, DJe de 23/3/2018 e EDcl nos EDcl nos EDcl no AgInt nos EDcl nos EREsp 1.491.187/SC, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Corte Especial, julgado em 7/3/2018, DJe de 23/3/2018.

No caso em exame, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

O IPSEMG reiterou a preliminar de litisconsórcio passivo necessário com o Estado de Minas Gerais, aduzindo que o comando da decisão judicial atinge sua esfera jurídica de interesses. Contudo, essa questão já foi apreciada na fase de conhecimento, com trânsito em julgado, não cabendo rediscuti-la na fase de execução. Veja-se:

"O IPSEMG, ao afirmar que a responsabilidade pelo pagamento das pensões é do Estado de Minas Gerais, pretendeu, na verdade, que fosse reconhecida a sua ilegitimidade para figurar no polo passivo da ação.

Neste tocante, a Lei Complementar nº 64/2002 dispõe que compete ao Estado de Minas Gerais "assegurar" o benefício da pensão por morte de servidor segurado (art. 39, inciso II) e ao IPSEMG o ato de "concessão" daquele benefício (art. 38, §2.º).

Ou seja, existe entre a autarquia previdenciária e o Estado comunhão de obrigações relativamente à lide, que -derivam de um tõeáind fiindamento de fato e de direito.

[...]

Assim, rejeito a preliminar" (fls. 150/151).

Assim, a alegada afronta ao art. 1.022 do CPC não merece prosperar, porque o acórdão recorrido examinou devidamente a controvérsia dos autos, fundamentando suficientemente sua convicção, não havendo se falar em negativa de prestação jurisdicional porque incorrentes quaisquer dos vícios previstos no referido dispositivo legal, não se prestando os declaratórios para o reexame da prestação jurisdicional ofertada satisfatoriamente pelo Tribunal *a quo*.

Confirmam-se, nesse sentido: REsp 1808357/SP, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 17/9/2019, DJe de 20/9/2019 e EDcl no AgInt no AREsp 1422337/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 9/9/2019, DJe de 12/9/2019 e AgInt no REsp 1780519/RO, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 25/6/2019, DJe de 28/6/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente